



TJ-SP

Praticando 500 questões gabaritadas

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	32

DIREITO PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	16

DIREITO PROCESSUAL PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	6

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	19

DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	10

DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	17

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	11

ATUALIDADES

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	14

SUMÁRIO



MATEMÁTICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	32

INFORMÁTICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	12

RACIOCÍNIO LÓGICO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	9

SUMÁRIO



LÍNGUA PORTUGUESA

1. VUNESP - ALEG (CM Potim)/CM Potim/2021

Assunto: Substantivo

Atenção ao sábado

Acho que sábado é a rosa da semana; sábado de tarde a casa é feita de cortinas ao vento, e alguém despeja um balde de água no terraço: sábado ao vento é a rosa da semana; sábado de manhã, a abelha no quintal, e o vento: uma picada, o rosto inchado, sangue e mel, agulhão em mim perdido: outras abelhas farejarão e no outro sábado de manhã vou ver se o quintal vai estar cheio de abelhas. No sábado é que as formigas subiam pela pedra. Foi num sábado que vi um homem sentado na sombra da calçada comendo de uma cuia de carne-seca e pirão; nós já tínhamos tomado banho. De tarde a campainha inaugurava ao vento a matinê de cinema: ao vento sábado era a rosa de nossa semana. Se chovia só eu sabia que era sábado; uma rosa molhada, não? No Rio de Janeiro, quando se pensa que a semana vai morrer, com grande esforço metálico a semana se abre em rosa: o carro freia de súbito e, de súbito, antes do vento espantado poder recomeçar, vejo que é sábado de tarde. Tem sido sábado, mas já não me perguntam mais. Então eu não digo nada, aparentemente submissa. Mas já peguei as minhas coisas e fui para domingo de manhã. Domingo de manhã também é a rosa da semana. Não é propriamente rosa que eu quero dizer.

(Clarice Lispector, "Atenção ao sábado". Os melhores contos [seleção Walnice Nogueira Galvão], 1996)

Na passagem –... vi um homem sentado na sombra da calçada comendo de uma cuia de carne-seca e pirão... –, os termos destacados fazem o plural, respectivamente, da mesma forma que:

- (A) guarda-roupa; cidadão.
- (B) vice-campeão; capitão.
- (C) boia-fria; mamão.
- (D) reco-reco; capelão.
- (E) pé-de-cabra; sensação.

2. VUNESP - SESC (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/2022

Assunto: Adjetivo

Leia a tira para responder à questão.



(Quino, *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2010)

No texto dos quadrinhos, é empregado para intensificar o sentido da palavra a que se refere o termo destacado em:

- (A) **Primeiro** vou me casar, sabe? (1o quadrinho)
- (B) **Depois** vou ter filhos. (1o quadrinho)



DIREITO PENAL

1. VUNESP - Adm Jud (TJ SP)/TJ SP/2019

Assunto: Falsificação de Papéis Públicos (art. 293 do CP)

Tirso de Arruda é servidor público e nas horas de folga auxilia seu irmão, Tássio, em uma pequena gráfica, sem qualquer remuneração. Aproveitando-se dos materiais ali existentes, imprimiu dez passes de transporte público municipal, para usar nos deslocamentos de casa para o trabalho e vice-versa. Ao agir dessa forma, Tirso cometeu o crime

- (A) de falsificação de papéis públicos.
- (B) de falsificação de selo ou sinal público.
- (C) de falsificação de documento público.
- (D) assimilado ao de moeda falsa.
- (E) de emissão de título ao portador sem permissão legal.

2. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/"CAPITAL E INTERIOR"/2021

Assunto: Petrechos de Falsificação (arts. 294 a 295 do CP)

A respeito do crime de petrechos de falsificação, previsto no artigo 294, do Código Penal, é correto dizer que

- (A) É crime próprio de funcionário público.
- (B) Admite a modalidade culposa.
- (C) É crime material.
- (D) É instantâneo.
- (E) É tipo misto alternativo.

3. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Com relação à punição para o falsificador de documentos, é **correto** afirmar:

- (A) é mais severa a pena para a falsificação de documentos públicos por se tratar de ato atentatório à fé pública e potencialmente mais danoso.
- (B) independentemente da natureza dos documentos, a violação da verdade terá punição equitativa em decorrência da quebra de segurança das relações dos cidadãos.
- (C) independentemente de se tratar de falsidade grosseira, há potencialidade lesiva e, portanto, é igualmente punível.
- (D) é punido mais severamente o falsificador de documento formal e substancialmente público do que o falsificador de documento formalmente público e substancialmente privado.

4. VUNESP - APREV (PERUÍBEPREV)/PERUÍBEPREV/BENEFÍCIOS/2022

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Constitui crime contra a Previdência

- (A) inserir ou fazer inserir, em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.
- (B) deixar de recolher as contribuições previdenciárias durante licença sem vencimentos.
- (C) negar publicidade acerca de informação pessoal de beneficiário, constante de processo administrativo previdenciário.
- (D) divulgar dados relativos aos valores pagos aos beneficiários de regime de previdência.
- (E) reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja.

5. VUNESP - PJ (CM PINDORAMA)/CM PINDORAMA/2020

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Falsificar, no todo ou em parte, documento emanado de entidade paraestatal, as ações de sociedade comercial e o testamento particular configura o crime de



DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Critério de Fixação de Competência

Nos termos do Código de Processo Penal, é **correto** afirmar que a competência será,

- (A) na hipótese, entre outros, do crime de estelionato, quando praticados mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, definida pelo local do domicílio da vítima.
- (B) na hipótese de infração continuada, praticada em território de duas ou mais jurisdições, firmada pelo lugar do último ato de execução.
- (C) em regra, determinada pelo lugar da infração ou do domicílio ou residência do réu, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (D) em regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (E) na hipótese de infração permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, firmada pelo lugar do último ato de execução.

2. VUNESP - PJ (CM POTIM)/CM POTIM/2021

Assunto: Critério de Fixação de Competência

De acordo com o texto do CPP, nos crimes previstos no art. 171 do CP, quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida, como regra, pelo local

- (A) da instituição financeira da qual os valores se originaram.
- (B) da instituição financeira que recebeu o depósito.
- (C) em que se produziu ou deveria se produzir o resultado.
- (D) em que se consumou o último ato de execução.
- (E) do domicílio da vítima.

3. VUNESP - JE TJAC/TJ AC/2019

Assunto: Critério de Fixação de Competência

Assinale a alternativa correta quanto à competência e o seu regramento previsto no Código de Processo Penal.

- (A) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prevenção.
- (B) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, salvo conhecido o lugar da infração.
- (C) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- (D) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo princípio da extraterritorialidade.

4. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Prorrogação de Competência (Conexão e Continência)

Nos termos do Código de Processo Penal, a competência será firmada pela

- (A) continência, entre outras hipóteses, se, no mesmo caso, duas ou mais infrações tiverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- (B) conexão, entre outras hipóteses, quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- (C) continência, entre outras hipóteses, quando a prova de uma infração, cometida por dolo eventual ou por qualquer de suas circunstâncias elementares, influir na prova de outra infração.
- (D) conexão, entre outras hipóteses, quando três ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- (E) conexão, entre outras hipóteses, quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. VUNESP - NeR (TJ GO)/TJ GO/Remoção/2021

Assunto: Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

Quanto à capacidade para estar em juízo,

- (A) serão representados em juízo, ativa e passivamente, a autarquia e a fundação de direito público, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores.
- (B) verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá o processo se a providência couber ao autor e o réu será considerado revel, se a providência lhe couber.
- (C) nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é dispensável nas hipóteses de comosse, independentemente do regime de bens.
- (D) o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação de bens.

2. VUNESP - PROC MU (PGM SANTOS)/PREF SANTOS/2021

Assunto: Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

A capacidade processual caracteriza-se como um dos denominados pressupostos processuais; e nesta medida, é correto afirmar que

- (A) quando o inventariante for dativo, os sucessores do falecido não serão intimados no processo no qual o espólio seja parte.
- (B) a sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.
- (C) o gerente de filial ou agência presume-se autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo.
- (D) os Municípios deverão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.
- (E) os Municípios deverão ser representados em juízo, exclusivamente, ativamente por seu prefeito e passivamente por seus procuradores.

3. VUNESP - NER (TJ RS)/TJ RS/REMOÇÃO/2019

Assunto: Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo, ressalvando-se que:

- (A) verificada a incapacidade processual, o juiz, sem suspender o processo, designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
- (B) o relativamente incapaz será representado por seus pais.
- (C) o cônjuge precisará do consentimento do outro para propor qualquer ação.
- (D) estando o réu preso, o juiz necessariamente nomeará curador especial.
- (E) nas ações possessórias, a participação do cônjuge do réu apenas é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.

4. VUNESP - PROC JM (GUARUJÁ)/PREF GUARUJÁ/2021

Assunto: Dos Deveres das Partes e de seus Procuradores (arts. 77 a 102)

Em relação à fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais nos casos em que não há condenação,

- (A) se o proveito econômico for irrisório, ele deve ser fixado por equidade.
- (B) a regra é a fixação entre 10 e 20% do valor desatualizado da causa.
- (C) devem ser fixados entre 10 e 15% sobre o proveito econômico.
- (D) se o proveito for baixo, deve ser calculado sobre o valor da causa atualizado.
- (E) a regra é a fixação por equidade



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. VUNESP - Ana Leg (ALESP)/ALESP/Jornalismo/2022

Assunto: Constituição Federal (arts. 5; 220 a 224)

Em relação aos preceitos constitucionais que regem a comunicação social no Brasil, é correto afirmar que

- (A) a publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.
- (B) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, em qualquer meio de comunicação social.
- (C) a produção cultural de âmbito nacional deve prevalecer em relação à produção local da programação televisiva.
- (D) cabe ao poder público determinar a classificação etária da programação das emissoras de televisão, para efeito coercitivo a posteriori.
- (E) pelo menos 50% do capital votante ou do capital total das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens devem pertencer a brasileiros natos ou naturalizados.

2. VUNESP - BIO (PREF CAMPINAS)/PREF CAMPINAS/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É livre a manifestação do pensamento, incluído o anonimato.
- (B) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei estrangeira em benefício do cônjuge, e a nacional em caso de filhos brasileiros.
- (C) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente da existência de dano.
- (D) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (E) Conceder-se-á “habeas-data” para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

3. VUNESP - GCM (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta um crime imprescritível.

- (A) Homicídio doloso.
- (B) Violência doméstica.
- (C) Abuso de autoridade.
- (D) Racismo.
- (E) Crime hediondo.

4. VUNESP - PROC M (V PAULISTA)/PREF V PAULISTA/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Entre os Direitos e Garantias Fundamentais, a Constituição Federal assegura que

- (A) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, mas a interferência estatal em seu funcionamento é vedada.
- (B) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, incluída a de caráter paramilitar.
- (C) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, submetida a licença prévia.
- (D) é facultada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis de internação coletiva, vedada as de caráter militar.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****1. VUNESP - AI (ALESP)/ALESP/2022**

Assunto: Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Assinale a alternativa que apresenta todas as espécies de provimento nos cargos públicos, de acordo com a Lei Estadual nº 10.261/1968.

- (A) Nomeação; reintegração; reversão; e reaproveitamento.
- (B) Concurso; homologação; posse; e entrada em exercício.
- (C) Concurso; reintegração; remoção; reversão; e readaptação.
- (D) Nomeação; transferência; reintegração; acesso; reversão; aproveitamento; e readmissão.
- (E) Posse; nomeação; transferência; acesso; e aproveitamento.

2. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

De acordo com a Lei nº 10.621/68 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo), assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor preso em flagrante, preventiva ou temporariamente, ou pronunciado será considerado afastado do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, até a condenação ou absolvição transitada em julgado.
- (B) As reposições devidas pelo funcionário e as indenizações por prejuízos que causar à Fazenda Pública Estadual serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a 25% do vencimento ou da remuneração.
- (C) Considera-se como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de faltas abonadas, observados os limites previstos em lei.
- (D) A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de provimento do cargo, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado.
- (E) A reintegração é o reingresso no serviço público, decorrente da decisão judicial passada em julgado, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento, inclusive com o pagamento das verbas de natureza indenizatória.

3. VUNESP - PROC (ALESP)/ALESP/2022

Assunto: Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Considere que, por necessidade do serviço, um agente público prestou serviço de forma extraordinária pelo período de uma semana. Com base no Estatuto dos Servidores do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) a gratificação pela prestação de serviço extraordinário será paga em valor fixo e por dia de trabalho prorrogado.
- (B) o período de trabalho também poderia ser prorrogado por decisão do servidor público, sempre que a medida atender de forma indireta o interesse público.
- (C) o servidor fará jus ao recebimento de gratificação por serviço extraordinário, pois o Estatuto não prevê a possibilidade de instituição do sistema de compensação de horas.
- (D) caso tenha sido instituído sistema de compensação de horas, não será necessário o pagamento de horas extraordinárias.
- (E) a prestação de serviço extraordinário deverá contar com a concordância do servidor e não poderá exceder 4 (quatro) horas diárias de trabalho.

4. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/"CAPITAL E INTERIOR"/2021

Assunto: Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Cícero, que é funcionário público estadual, havia sido demitido do serviço público, mas, posteriormente, foi absolvido pela Justiça, em decisão que negou a existência da sua autoria. Nessa situação hipotética, portanto, considerando o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que Cícero deverá ser

- (A) reintegrado ao serviço público, em cargo superior ao que ocupava e com todos os direitos e vantagens de



NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

1. VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2022

Assunto: Normas de Corregedoria Geral da Justiça (Extrajudicial)

Veda-se o registro de pessoas jurídicas com nome empresarial (denominação social ou razão social) ou denominação idêntica ou semelhante a outra já existente na mesma comarca, que possa ocasionar dúvida aos usuários do serviço. Nesse caso,

(A) a vedação é ilegal, pois “é plena a liberdade de associação para fins lícitos” e a criação de associações “independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (Incs. XVII e XVIII da CF/1988).

(B) a vedação pode ser superada e o registro consumado se houver concordância expressa dos representantes legais das pessoas jurídicas envolvidas, formalizada em ata notarial, segundo precedentes da Eg. Corregedoria Geral do Estado de São Paulo.

(C) a vedação do registro tem por finalidade impedir dúvidas por parte das pessoas que tiverem contato com a pessoa jurídica em sentido amplo, bem como a comunidade em geral.

(D) o registrador, antes de proceder ao registro, deve consultar o Ministério Público da comarca. Na concordância, o registro é consumado.

2. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022

Assunto: Normas de Corregedoria Geral da Justiça (Extrajudicial)

Em conformidade com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, para o Protesto de Letras e Títulos, assinale a alternativa correta.

(A) Na hipótese de determinação judicial de protesto da sentença condenatória ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, após o decurso do prazo da legislação processual civil, o formulário de apresentação ao Tabelião de Protesto será encaminhado diretamente pelo credor, ou seu representante legal.

(B) Na hipótese de determinação judicial de protesto da sentença condenatória ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, após o decurso do prazo da legislação processual civil, encaminhada diretamente ao Tabelionato ou Serviço Distribuidor, é dispensada a apresentação de formulário de apresentação.

(C) No caso de protesto de sentença judicial, ausente menção expressa acerca do procedimento a ser adotado na hipótese de pagamento, o Tabelião – recebido o valor respectivo –, no primeiro dia útil posterior, fará o depósito judicial vinculado ao respectivo processo, informando ao Juízo competente.

(D) No caso de protesto de sentença judicial, ausente menção expressa acerca do procedimento a ser adotado na hipótese de pagamento, o Tabelião – recebido o valor respectivo – o colocará à disposição do credor no primeiro dia útil posterior, informando ao Juízo competente.

3. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022

Assunto: Normas de Corregedoria Geral da Justiça (Extrajudicial)

Em conformidade com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, para o Protesto de Letras e Títulos, assinale a alternativa correta.

(A) Tornada definitiva a ordem judicial de sustação, o título ou o documento de dívida será encaminhado ao Juízo competente, salvo se constar determinação identificando a quem deva ser entregue. Caso a ordem emane de processo eletrônico, o encaminhamento será feito em arquivo eletrônico no formato PDF, conforme as especificações técnicas estabelecidas pelo Tribunal de Justiça, ao correio eletrônico institucional do órgão de justiça, devendo constar no campo ‘assunto’ o número do processo.

(B) O Tabelião, nas situações que exigirem o encaminhamento eletrônico de informações e ofícios ao Poder Judiciário, poderá inutilizar, três meses depois de recebida a ordem judicial de sustação definitiva, os originais dos títulos e dos documentos de dívida não retirados pelo interessado, desde que conservados os microfímes ou as imagens gravadas por processo eletrônico.

(C) As informações, os ofícios e demais interações do Tabelião de Protesto com o Poder Judiciário, nos pro

**ATUALIDADES****1. VUNESP - Cont (CM Orlândia)/CM Orlândia/2019**

Assunto: Política Internacional

Os principais institutos de pesquisa argentinos divulgaram que a aprovação popular ao governo de Mauricio Macri está caindo a níveis preocupantes. Anunciados neste domingo (14 de outubro), os levantamentos de um instituto mostram que, dos 40% que o presidente tinha em março de 2018, agora restam 26%. Já os números de outro instituto mostram uma queda de 60%, índice do presidente em dezembro de 2017, para 40% agora. O governo mostra-se preocupado pelo curto espaço de tempo em que se perderam de 15% a 20% de aprovação. (Folha de S. Paulo, 14 out. 18. Disponível em: <<https://goo.gl/VjXoHZ>>. Adaptado)

Entre as causas para a queda identificada nas pesquisas citadas no trecho, é correto indicar

- (A) os escândalos de corrupção publicados pela imprensa.
- (B) o aumento vertiginoso dos índices de violência urbana.
- (C) a forte crise econômica que atinge o país.
- (D) a rápida deterioração do sistema público de saúde.
- (E) o colapso do sistema público de educação.

2. VUNESP - ENFJ (TJ SP)/TJ SP/2019

Assunto: Política Internacional

TRECHO I

O presidente ordenou a prisão do comandante do Exército por 30 dias, após este se pronunciar publicamente contra um projeto de lei impulsionado pelo governo. O comandante se manifestou contra uma reforma do sistema de pensões militares e uma nova lei orgânica para as Forças Armadas. A detenção conta a partir de segunda-feira (17 de setembro).

(Folha de S. Paulo, 13 set. 18. Disponível em: <<https://goo.gl/nYDtcf>>. Adaptado)

TRECHO II

O Exército destituiu nesta semana o diretor da Escola Militar por permitir, em um ato da instituição, uma homenagem a um condenado por crimes cometidos durante a ditadura.

(Exame, 16 out. 18. Disponível em: <<https://goo.gl/dDUrrB>>. Adaptado)

Os trechos I e II abordam, respectivamente, situações vividas

- (A) no Equador e na Bolívia.
- (B) na Colômbia e no Peru.
- (C) no Uruguai e no Chile.
- (D) na Argentina e no Paraguai.
- (E) na Venezuela e no Panamá.

3. VUNESP - AG (PREF ITAPEVI)/PREF ITAPEVI/ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/2019

Assunto: Política Internacional

Mais de 80 mil manifestantes foram às ruas de Paris e várias cidades francesas neste sábado (19.jan), no décimo fim de semana consecutivo de protestos dos chamados “coletes amarelos”, que desafiam o governo do presidente Emmanuel Macron.

Neste sábado, o governo estimou em 84 mil o número de manifestantes – cifra similar à registrada no fim de semana passado. Havia mais de 80 mil policiais nas ruas. A polícia vem sendo criticada pelos manifestantes pelo uso da força para controlar as marchas, sobretudo com o uso de balas de borracha.

(Carta Capital. <https://bit.ly/2Cw8wjD>, Acesso em 30.01.2019. Adaptado)

Os protestos tiveram como ponto de partida

- (A) as políticas que reduzem os direitos dos imigrantes.
- (B) o aumento dos impostos sobre os combustíveis.
- (C) as dificuldades do governo em aprovar um novo salário-mínimo.
- (D) a atual falta de moradias populares para a população mais pobre.
- (E) o achatamento dos salários provocado pelo grande número de imigrantes.



MATEMÁTICA

1. VUNESP - Sold (PM SP)/PM SP/2ª Classe/2022

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Tem-se certa quantidade x de projéteis, menor que 1 000 unidades, que pode ser agrupada de 20 em 20 unidades, de 26 em 26 unidades, ou de 30 em 30 unidades, sem sobra. Entretanto, para um treinamento de tiro, deve-se agrupar essa quantidade de projéteis de 35 em 35 unidades.

Pensando-se em não deixar sobras, a quantidade mínima de projéteis que deve ser adicionada a x , de modo a satisfazer o agrupamento necessário nesse treinamento, é de

- (A) 25 unidades.
- (B) 20 unidades.
- (C) 15 unidades.
- (D) 30 unidades.
- (E) 10 unidades.

2. VUNESP - APREV (PERUÍBEPREV)/PERUÍBEPREV/ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Em 2020, no dia 8 de fevereiro, André começou a ler um livro com 288 páginas; no dia 11 de fevereiro, Bianca começou a leitura de um livro de 279 páginas; no dia 2 de fevereiro, Carlos iniciou um livro com 315 páginas. Esses três amigos combinaram antecipadamente que, até terminarem seus respectivos livros, leriam um mesmo número de páginas por dia, sendo esse número o maior possível. Quando Carlos terminou de ler o seu livro, os números de dias que ainda faltavam para André e Bianca terminarem os seus livros eram, respectivamente,

- (A) 1 e 2.
- (B) 1 e 3.
- (C) 2 e 3.
- (D) 3 e 3.
- (E) 3 e 5.

3. VUNESP - ASOC (PREF F VASCON)/PREF F VASCONCELOS/SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/2021

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)



Entre as primeiras (P) posições e as últimas (U) posições já marcadas nas filas I e II, serão marcadas outras posições, de modo que a distância entre duas posições vizinhas em uma fila seja sempre a mesma para as duas filas, e que o número total de posições marcadas seja o menor possível. Nessas condições, o número total de posições marcadas nas duas filas, juntas, será igual a

- (A) 16.
- (B) 17.
- (C) 18.
- (D) 19.
- (E) 20.



INFORMÁTICA

1. VUNESP - Tec Leg (ALESP)/ALESP/"Sem Área"/2022

Assunto: Windows 10

Um usuário está editando um texto no Bloco de Notas do Microsoft Windows 10, em sua configuração original. Porém, quando ele tenta salvar o arquivo com o nome de Controle:2010.Janeiro.txt, o Bloco de Notas não permite e apresenta uma mensagem de erro. Isso acontece porque o

- (A) Bloco de Notas só aceita .txt e não .Janeiro.txt.
- (B) nome do arquivo é maior do que 8 caracteres.
- (C) nome do arquivo não pode conter letras maiúsculas.
- (D) caractere dois pontos (:) não é aceito pelo Windows em nomes de arquivos.
- (E) nome do arquivo não pode conter números.

2. VUNESP - AG STEC (CAMPINAS)/PREF CAMPINAS/2022

Assunto: Windows 10

O Windows 10 possui, dentre os recursos de facilidade de acesso, um que permite ampliar os itens na tela, bem como inverter suas cores e acompanhar o cursor do mouse. Esse recurso é denominado

- (A) lupa.
- (B) narrador.
- (C) ampliador.
- (D) alto contraste.
- (E) acessibilidade.

3. VUNESP - ESTAT (PB SAÚDE)/PB SAÚDE/2021

Assunto: Windows 10

No Windows 10, encontra-se um arquivo de imagem no desktop. Para excluir esse arquivo definitivamente, de maneira que não seja movido para a Lixeira, o usuário pode

- (A) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Ctrl + Delete.
- (B) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Shift + Delete.
- (C) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira com a tecla Ctrl pressionada.
- (D) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira.
- (E) arrastar o ícone da Lixeira para o arquivo.

4. VUNESP - ANA (PREF ILHABELA)/PREF ILHABELA/COMUNICAÇÃO/JORNALISMO/2020

Assunto: Windows 10

No MS-Windows 10, em sua configuração padrão, há um aplicativo com funcionalidade de assistente chamado

- (A) Google Assistente.
- (B) Bia.
- (C) Alexia.
- (D) Siri.
- (E) Cortana.

5. VUNESP - ADM (FUMEC)/FUMEC/2020

Assunto: Windows 10

"MS-Windows 10" refere-se a um tipo de

- (A) hardware.
- (B) sistema operacional.
- (C) software aplicativo para Internet.



RACIOCÍNIO LÓGICO

1. VUNESP - ANA LEG (ALESP)/ALESP/"SEM ÁREA"/2022

Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Considere a afirmação: "Se Francisco é o diretor ou Ivete é a secretária, então Helena é a presidente."
Essa afirmação é necessariamente **FALSA** se, de fato:

- (A) Francisco não é o diretor e Ivete não é a secretária e Helena é a presidente.
- (B) Ivete não é a secretária e Helena é a presidente.
- (C) Francisco é o diretor e Ivete é a secretária e Helena é a presidente.
- (D) Francisco é o diretor.
- (E) Ivete é a secretária e Helena não é a presidente.

2. VUNESP - ASIS (PREF SOROCABA)/PREF SOROCABA/2022

Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Considere falsidade a seguinte proposição: "Se eu dormi bem na noite passada, então estou descansado e feliz".

Com base na informação apresentada, é necessariamente verdade que eu

- (A) não estou feliz.
- (B) estou descansado.
- (C) não estou descansado.
- (D) dormi bem na noite passada.
- (E) não dormi bem na noite passada.

3. VUNESP - TEC (EBSERH HC-UFU)/EBSERH HC-UFU/ANÁLISES CLÍNICAS/2020

Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Considere verdadeira a afirmação I e falsa a afirmação II:

I. Carlos é técnico em análises clínicas.

II. Ana é técnica em análises clínicas.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira.

- (A) Se Carlos é técnico em análises clínicas, então Ana é técnica em análises clínicas.
- (B) Carlos não é técnico em análises clínicas e Ana não é técnica em análises clínicas.
- (C) Se Ana não é técnica em análises clínicas, então Carlos não é técnico em análises clínicas.
- (D) Carlos e Ana são técnicos em análises clínicas.
- (E) Se Ana é técnica em análises clínicas, então Carlos é técnico em análises clínicas.

4. VUNESP - ESC POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a afirmação:

'As camisas estão passadas e os sapatos não estão engraxados'.

Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta, é:

- (A) As camisas estão passadas ou os sapatos estão engraxados.
- (B) Ou as camisas estão passadas ou os sapatos não estão engraxados.
- (C) As camisas não estão passadas e os sapatos estão engraxados.
- (D) As camisas não estão passadas e os sapatos não estão engraxados.
- (E) As camisas não estão passadas ou os sapatos estão engraxados.

5. VUNESP - CABO (PM SP)/PM SP/GRADUAÇÃO/2020

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Ontem Jorge foi ao cinema e voltou desapontado. Uma afirmação que corresponda à negação lógica dessa afirmação é: